

CORPOS FEMININOS: POR UMA SUBVERSÃO**FEMALE BODIES: FOR A SUBVERSION**Beatriz Nascimento Triles¹

Resumo: O presente artigo busca trazer à tona uma discussão acerca das noções de corpo e gênero, levando em consideração uma perspectiva interseccionalizada com outras categorias de análise. Gênero, enquanto categoria de análise, ao mesmo tempo em que diz respeito às identidades e modos de existências dos sujeitos, diz respeito, também, a um aparato político-social, produtor de normatividades, na qual faz-se necessário pôr em questionamento. Assim, uma investigação histórico-filosófica crítica nos faz refletir e confrontar as possibilidades que nos conduziram até aqui.

Palavras-chave: Corpos femininos, Subversão, Estudos de gênero

Abstract: *This article seeks to bring up a discussion about the ideas of body and gender, taking into account an intersectionized perspective with other categories of analysis. Gender, as a category of analysis, at the same time that concerns the identities and modes of existence of the subjects, also concerns a political-social aparato, producer of normactivities, in which it is necessary to question. Thus, a critical historical-philosophical investigation makes us reflect and confront the possibilities.*

Keywords: *Female Bodies, Subversion, Gender Studies*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes - Universidade Federal Fluminense.
E-mail: bia@trilles.com.br.

Introdução

Ao discutirmos sobre corpo discutimos também sobre as marcas simbólicas construídas sobre e a partir dele. Por essa razão, as questões relacionadas a gênero estão igualmente atreladas a essa discussão, pois os marcadores de gênero implicam em determinados modos de configurações corporais, comportamentais e, conseqüentemente, implicam na maneira como essas configurações diversas carregam os marcadores sociais identitários.

À vista disso, quando conceituamos o termo “mulher”, por exemplo, uma série de pressuposições políticas-sociais simbólicas são subentendidas a partir deste conceito, marcando a maneira como aquelas que foram subjugadas por meio deste existem em sociedade, tal como conceitua Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 1970). Nesse sentido, antes mesmo de nascer, quando o indivíduo ainda está em seu processo de formação vital, ao ser designado de um determinado sexo passa a estar imerso automaticamente em significações e atribuições pré-estabelecidas a ele. Então, podemos perceber que “sexo” e “gênero” não existem como categorias estritamente separadas, mas, sim, como categorias que se afetam mutuamente nesse campo discursivo.

As relações políticas-sociais envolvem, necessariamente, uma produção de discurso. Como enfatiza o filósofo francês Michel Foucault (FOUCAULT, 1988), a própria história da sexualidade – e poderíamos estender essa noção para o processo cujo os gêneros foram sendo construídos historicamente – pode ser definida como uma história de produção de discursos de verdade, determinantes de condutas, comportamentos e ações. Dessa maneira,

[...] A conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; [...] Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. [...] Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram. (FOUCAULT, 1988, p. 29)

Nessa perspectiva, levando em consideração a fundamentação foucaultiana acerca da produção de discursos sobre a sexualidade, a filósofa norte-americana Judith Butler (BUTLER, 2020) reforça esse embasamento em termos de uma construção performativa de gênero. Isso se dá na medida em que é no interior da linguagem que os significados e desdobramentos daquilo que entendemos a

respeito das noções de gênero vão sendo articulados e fomentados, de modo que pareçam intrinsecamente “naturais”.

Mascaradas pelas definições biologizantes, as formas tradicionais de conceber o gênero tecem conceituações que pretendem assentar e estagnar suas categorizações. O que se busca discursivamente com isso é elaborar conceituações que deem conta de definir os sujeitos dos discursos, produzindo verdades sobre seus significados e, assim, efeitos políticos que moldam os aparatos sociais.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superficialidade dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2020, p. 236)

É necessário frisar que esses efeitos políticos sobre os gêneros só são possíveis em virtude de um sistema patriarcal fundamentado enquanto base social. De acordo com a historiadora norte-americana Gerda Lerner (LERNER, 2019), esse sistema de dominação patriarcal, que subjuga e hierarquiza gêneros, pode ser entendido do seguinte modo:

Patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. (LERNER, 2019, p. 321)

Levando os pontos anteriores em consideração, o presente artigo busca traçar uma breve discussão acerca das noções de gênero atribuídas aos corpos femininos ao longo da história, de modo a lançar luz sobre caminhos que, possivelmente, possam subverter essa lógica de fundamentação patriarcal. Para tal, em um primeiro momento delinearei em linhas gerais um percurso histórico, responsável por algumas concepções e fundamentações de gênero que temos ainda atualmente. Em um segundo momento, abordarei como essas noções marcam o que podemos chamar de “performatividade de gênero”, de modo que isso, conseqüentemente, implica na maneira como a heterossexualidade se faz compulsória em uma sociedade patriarcal. Por fim, em um terceiro momento, será evidenciado como todos esses pontos se tornam cruciais para produzir e moldar discursivamente e simbolicamente as categorias de gênero.

Para tanto, é fundamental ressaltar que as análises teóricas focalizadas neste artigo não buscam essencializar ou encerrar as possibilidades daquilo que poderia estar atrelado às formas identitárias

do ser mulher em uma sociedade patriarcal. É levado em consideração as limitações críticas, conceituais e existenciais no que tangem as definições de corpo e sujeito feminino esboçadas enquanto discursos linguísticos, pois essas são construções político-sociais permanentemente em aberto e em constantes devires revolucionários e inventivos.

Corpos constituídos por gênero e suas problemáticas

Ao buscarmos genealogicamente² as raízes das concepções acerca de gênero, tal como as conhecemos atualmente, não encontramos um marco histórico específico, um momento de virada ou mesmo “antecedentes originários” a respeito dessa conceituação. Contudo, podemos vislumbrar em determinados períodos históricos vestígios que podem ser pertinentes a fim de que possamos analisar um pouco melhor as construções político-sociais de gêneros.

Pensando na narrativa majoritariamente difundida como parte da história ocidental, quando analisamos o cenário Grego Antigo, por exemplo, podemos notar que a condição de gênero era fundamentada em um panorama de hierarquia e subordinação. Mulheres não eram consideradas cidadãs³ e suas vivências sociais eram restritas, sobretudo, ao lar e a tarefa de procriação. Embora existissem algumas diferenças significativas entre mulheres espartanas e mulheres atenienses – já que as mulheres de Esparta poderiam gerenciar as terras da família na ausência de seu marido e possuíam permissão para praticar atividades físicas, enquanto as atenienses não podiam – ainda sim, a condição político-social das mulheres era de pouca autonomia.

² “Utilizado pelo filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) em suas reflexões sobre as tecnologias e dispositivos de saber-poder, o método genealógico consiste em um instrumental de investigação voltado à compreensão da emergência de configurações singulares de sujeitos, objetos e significações nas relações de poder, associando o exame de práticas discursivas e não-discursivas. O desenvolvimento das análises genealógicas contribui para o exame do biopoder, poder que governa a vida, o que leva Foucault a investigar diferentes dispositivos, considerados conjuntos articulados de discursos e práticas constitutivos de objetos e sujeitos, produtivos e eficazes tanto no domínio do saber quanto no campo estratégico do poder.” MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. 2018. "Genealogia - Michel Foucault". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault>>

³ É importante salientar que a condição de não-cidadania deste período não se restringia somente às mulheres, já que para ser considerado um cidadão, além de obrigatoriamente ter que ser do gênero masculino, era necessário ter nascido na Pólis e ser possuidor de terras.

No Período Medieval, a perspectiva judaico-cristã foi abundantemente responsável por definir e qualificar as questões de gênero feminino em um posicionamento dualista. Por um lado, existia o modelo ideal da mulher virtuosa, inspirada pela figura da Virgem Maria, na qual representava o papel da mulher casta, mãe e obediente a seus superiores – no caso, as figuras masculinas. Por outro lado, existia a figura da mulher impura, o anti-modelo, retratada na figura de Eva, representando a mulher libertina, rebelde, a “bruxa”, responsável pelo pecado original da humanidade.

Levando em consideração essa perspectiva medieval, como afirma a filósofa italiana Silvia Federici (FEDERICI, 2017), a caça às bruxas neste período foi simbolicamente responsável pela segregação entre gêneros. A iniciativa política das autoridades estatais, religiosas, filosóficas, etc. da época buscou incessantemente dismantelar o poder social das mulheres, forjando ideais de santidade a serem buscados, em concomitância com a perseguição àquelas que se opusessem a esse tipo de sujeição.

A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres, foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade. (FEDERICI, 2017, p. 334)

Nesse sentido, apesar da forte exclusão das mulheres na participação política-social no Período Antigo, podemos notar que o desenrolar dessa condição de subordinação se estendeu amplamente para o Período Medieval. A subordinação feminina a um tutor masculino outrora – podendo ser ao pai, quando jovem, e ao marido, após se casar – foi ainda mais agravada, na medida em que aquelas que não fossem subservientes a essa tutela, encontrando seu papel no ideal de castidade e obediência, poderiam ser perseguidas e punidas.

É importante salientar que embora o período considerado medieval não tenha ocorrido propriamente nos países colonizados⁴, os ideais judaico-cristãos e as leis patriarcais fomentadas nele foram vagarosamente incorporados no violento processo colonizador. Por um lado, os ideais de feminilidade, servidão e obediência, incrementados posteriormente, no decorrer da modernidade, traziam às mulheres brancas, de classe média e alta, o confinamento ao lar e a preservação de uma imagem idealizada – embora fosse às custas do papel de submissão. Por outro lado, esses mesmos ideais, quando aplicados às mulheres negras e de classes baixas, eram responsáveis pela degradação

⁴ Já que a cronologia histórica, tal como a concebemos ocidentalmente, é demasiadamente eurocentrada e, sendo assim, o período dito “Medieval”, tal como o caracterizamos, foi um marcador histórico restrito à história dos países europeus.

e violentação destas, já que não eram reconhecidas como os pares ideais para casar e perpetuar os ideais burgueses de família.

[...] É importante entender o quanto a imposição desse sistema de gênero forma a colonialidade do poder, e o tanto que a colonialidade do poder forma esse sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de formação mútua. [...] Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero à função de controle do sexo, seus recursos e produtos, constitui a dominação de gênero. (HOLLANDA (org.), 2020, p. 72-73)

Consequentemente, diante desse recorte de estudos e críticas pós-colonialistas⁵, o processo colonizador foi ao mesmo tempo responsável pelas segregações e discriminações raciais e culturais e, também, pelas segregações e discriminações entre gêneros. Como afirma a teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.” (SPIVAK, 2010, p. 67)

Nessa perspectiva, a forma como os gêneros e seus papéis são entendidos e definidos é, em grande parte, produto da maneira como foram sendo fabricados e moldados categoricamente do Período Antigo até os dias atuais. Assim, mesmo que fizéssemos uma busca genealógica mais apurada, observamos que não há, de maneira marcadamente pontual, “antecedentes de gênero” ou um momento crucial, na qual o gênero feminino passasse a ser subjugado pelo patriarcado. Como aponta Lerner,

Procurar origens é, no fim das contas, pensar que o que somos hoje é algo além do produto de nossa história e nosso mundo social do presente, e, de forma mais específica, que nossos sistemas de gênero são primordiais, transistóricos e essencialmente imutáveis. Nossa busca, portanto, torna-se uma busca pela história do sistema patriarcal. Dar historicidade ao sistema de dominância masculina e afirmar que suas funções e manifestações mudam ao longo do tempo é romper com a tradição oferecida. (LERNER, 2019, p. 68)

Dessarte, é importante analisarmos que o processo que moldou e molda as hierarquizações de gêneros se efetiva na medida em que se constroem produções contínuas de performatividade de gênero, responsáveis por alimentar as noções daquilo que entendemos por “sujeito feminino”. Como enfatiza Butler, “o corpo não é um ‘ser’, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja

⁵ O pós-colonialismo, enquanto perspectiva de estudos e críticas, busca compreender a história a partir dos processos globais de colonização e suas consequências político-sociais que nos impactam até os dias atuais. Para maiores esclarecimentos, consultar HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória.” (BUTLER, 2020, p. 240)

Levando isso em consideração, a maneira como os gêneros se portam e mostram suas nuances performativas cria codificações que, pouco a pouco, determinam o que é ter um corpo de um gênero específico. Dessa maneira, as performatividades de gênero fundamentam no imaginário social coletivo premissas de “modos de uso” de gênero, ou seja, das maneiras como os indivíduos fazem uso das linguagens performativas corporais, das formas de se vestir e das formas comportamentais.

É nesse sentido que o papel político-social da história eurocentrada colonizadora, atrelado às repetições performativas de gêneros, são os aparatos que produzem, naturalizam e normatizam os papéis de gêneros. Assim sendo, além de produzirem constantemente um mecanismo para determinar e fixar os limites, os comportamentos, os valores sociais, as práticas sexuais e as formatações corporais, as performatividades de gêneros impostas buscam circunscrever, também, as produções de subjetividades.

Performatividade de gênero, de modo geral, pode ser compreendido, então, “como fenômeno inconstante e contextual, [...] **que** não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes.” (Ibidem, p. 33, grifo meu) Nesse sentido, quando discorremos sobre questões de gênero, é importante ter em vista que eles fazem parte de construções simbólicas, históricas, políticas, culturais e subjetivas criadoras de categorias, que são melhor compreendidas quando analisadas de modo situacional e relacional.

Ao pensarmos em gênero de modo situacional compreendemos que o conceito “mulher”⁶ não denota uma categoria uniforme e cristalizada pela ação do tempo. Podemos considerar isso quando observamos, por exemplo, a diferença entre o modo como os papéis de gênero agem no cotidiano de mulheres brancas e como agem no cotidiano de mulheres negras ou indígenas. Atrelado às questões do sexismo, o racismo estruturalizado na sociedade patriarcal colonizadora na qual vivemos incide diretamente na maneira como esses corpos são duplamente subjugados.

⁶ Assim como situou Simone de Beauvoir no primeiro volume de “O segundo sexo”: “a mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir-a-ser.” (BEAUVOIR, 1970, p. 54) Por essa razão, apesar dessa conceituação ser fruto de um momento histórico que culminou na efervescência da Segunda onda do feminismo, podemos compreender e articular identidades femininas à luz dessa porosidade e flexibilidade de identidades constantemente em movimento.

Muitos estudiosos têm criticado o gênero como um conceito universal e têm mostrado a medida em que ele é particular a políticas de mulheres anglófonas/americanas e brancas [...]. Talvez a crítica mais importante de articulações feministas de gênero é aquela feita por uma série de estudiosas afro-americanas que insistem que [...] de forma alguma o gênero pode ser considerado fora da raça e da classe. Esta posição levou à insistência sobre as diferenças entre as mulheres e a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão, particularmente sobre as quais as desigualdades de raça, gênero e as desigualdades de classe são evidentes. [...] As discussões centraram-se sobre a necessidade de atentar-se ao imperialismo, à colonização e outras formas locais e globais de estratificação, que emprestam peso à afirmação de que o gênero não pode ser abstraído do contexto social e outros sistemas de hierarquia. (OYEWUMI, 2004, p. 3)

Analisando esses aspectos, torna-se claro que, apesar de estarem circunscritas sob a lógica do sistema patriarcal, os modos de existências dos corpos femininos e as situações nas quais se encontram não são idênticas, o que torna os efeitos dessa lógica ainda mais perversos para alguns destes corpos. Assim, embora exista um sistema patriarcal responsável pela segregação entre gêneros, os efeitos que ele produz são variados e se intensificam ainda mais quando associados às questões raciais e às questões de classe. Portanto, ao pensarmos nas problemáticas das conceituações de gênero de modo situacional, compreendemos que não existe uma análise universal e conciliatória para se pensar as questões enfrentadas pelos corpos femininos, mas, sim, análises que ampliam os processos existenciais, levando em consideração os contextos político-sociais singulares dos corpos e seus dilemas.

Ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres. Enquanto as mulheres brancas ignoram seu privilégio natural de brancura e definem a mulher apenas em termos de sua própria experiência, as mulheres de cor se tornam “outras”, as forasteiras cuja experiência e tradição são “exóticas” demais para se entender. (HOLLANDA (org.), 2019, p. 242)

Atrelado a isso, é necessário enfatizarmos, também, a maneira como as categorias de gêneros vão se constituindo de modo relacional. Discorrer sobre gênero requer, necessariamente, que o pensemos a partir das construções e implicações institucionais históricas. É no interior das instituições de poderes políticos patriarcais que as noções de “feminilidade”, atreladas ao gênero feminino, são forjadas.

As concepções tradicionais de feminilidade, que foram historicamente associadas ao gênero feminino, estiveram intrinsecamente relacionadas às formas de valorar hierarquicamente esses corpos. Desse modo, a falta de protagonismo político na sociedade ao longo da história tradicional⁷

⁷ Chamo aqui de “história tradicional” a narrativa hegemônica patriarcal repassada como a narrativa universal da história ocidental. No interior dessa concepção histórica, como já mencionado em parágrafos anteriores desse texto, o protagonismo feminino é apresentado como algo quase nulo, quando, na verdade, aquelas que tiveram protagonismo

foi legitimada e justificada por essas supostas características essencializadas associadas ao gênero feminino⁸. Assim, o enraizamento de uma suposta “essência feminina” no imaginário coletivo fortalece e alimenta a disparidade entre gêneros, moldando as engrenagens do sistema patriarcal.

Nesse sentido, quando evocamos a maneira como historicamente os corpos femininos foram subjugados, podemos notar que os reflexos e discursos institucionais pouco mudaram, já que a lógica de opressão discursiva que hierarquiza os corpos ainda reflete na maneira como os corpos femininos experienciam no cotidiano as discrepâncias entre gêneros. Com efeito, embora inúmeras conquistas político-sociais⁹, do ponto de vista jurídico, tenham sido conquistadas nos últimos cem anos, é notório que somente as leis não são suficientes para mudar as dinâmicas patriarcais. É necessário, sobretudo, uma mudança de paradigma, que se dá na medida em que tecemos discursos e na medida em que estes se movimentam em um circuito nutrido pela ação.

O sistema patriarcal se encontra tão fortemente enraizado não somente pelas leis que produz, mas pelas forças de ação e repetição que produz. Consequentemente, são por essas forças, e não propriamente por meio do âmbito jurídico, que se produzem as normatividades tão fundamentais para dar sustentação a esse sistema social e cultural.

A forma como a “feminilidade” e a “masculinidade” são produzidas e alimentadas no interior do sistema patriarcal é o que fundamenta a heteronormatividade como compulsória e necessária a fim de produzir os efeitos desproporcionais entre gêneros. Normatiza-se a heterossexualidade como premissa natural e socialmente aceita na medida em que se fundamentam, também, as premissas de gêneros pautadas em binarismos, nas quais a relação se dá entre um “sujeito” e um “outro”. Dessa forma, as identidades de gêneros vão sendo moldadas e reproduzidas de maneira a perpetuar aquilo que se espera que elas sejam dentro dessa lógica sistemática.

político ficaram à margem, tendo suas narrativas excluídas da “história principal”. Para mais informações sobre isso, consultar SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

⁸ É importante salientar que essa “essencialidade feminina” foi atribuída apenas às mulheres brancas, pois, historicamente, sobretudo ao longo dos processos colonizatórios, não se atribuiu “feminilidade” e/ou “essência feminina” às mulheres negras e indígenas. Para maior aprofundamento dessa questão, consultar HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

⁹ Dentre elas, podemos destacar o direito ao voto feminino no Brasil (desde 1932), a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515/1977), as cotas políticas para mulheres (Lei nº 9.504/1997), a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015), lei que criminaliza a importunação sexual (Lei nº 13.718/2018).

Uma vez que o gênero feminino é representado patriarcalmente como o gênero não universal¹⁰, ou “segundo sexo”, como enfatiza a filósofa francesa Simone de Beauvoir, sua existência passa figurar no lugar da relação que estabelece com esse “sujeito universal”. “[...] Há um tipo humano absoluto que é o masculino. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro.” (BEAUVOIR, 1970, p. 10) Dessarte, enquanto o sujeito masculino ao longo da história ocidental teve sua existência individual respaldada pelas leis, direitos institucionais e pela normatividade político-cultural, o gênero feminino foi definido ao longo dessa “mesma história” como aquele na qual sua existência social dependia da relação que estabelecia com esses “sujeitos universais”.

Nesse seguimento, podemos notar que a heteronormatividade associada ao sistema patriarcal foi uma maneira pela qual se estabeleceram vínculos de dominação entre gêneros. Na medida em que culturalmente existe um modelo pautado em um binarismo dicotômico e valorativo “homem x mulher” e o que normativamente decorre de uma suposta “conciliação entre gêneros” é um vínculo sexual, a maneira como essa relação se fundamenta é dissemelhante. Assim, podemos afirmar que o modelo heteronormativo, estabelecido e imposto como peça fundamental do sistema patriarcal, não atinge negativamente somente pessoas de gêneros e/ou sexualidades dissidentes parte da comunidade *LGBTQIA+*, como, também, as próprias pessoas heterossexuais e cisgênero, já que criam formas de se relacionar repletas de disparidades.

Tendo isso em vista, depreendemos que o modo como socialmente a heteronormatividade se faz compulsória nos modos de existência fundamenta também as premissas de dominação sexual. Essa sujeição, na qual um gênero se impõe colonizatoriamente sobre outro, pode ser considerada uma colonização dos desejos e uma determinação das linguagens corporais.

Gayle Rubin entende, particularmente, que o “sistema de sexo/gênero”, o mecanismo cultural regulamentado de transformação de masculinos e femininos biológicos em gêneros distintos e hierarquizados, é, a um só tempo, comandado pelas instituições culturais (a família, as formas residuais da “troca de mulheres”, a heterossexualidade obrigatória) e inculcado pelas leis que estruturam e impulsionam o desenvolvimento psíquico individual. Assim, [...] resulta em identificações distintas de gênero e numa predisposição heterossexual como corolário. (BUTLER, 2020, p. 132, grifo meu)

¹⁰ Me refiro aqui, justamente, à maneira como discursivamente e simbolicamente também, como reflexo social e político, a palavra “homem”, bem como os plurais que envolvem as pessoas do sexo masculino, é utilizada enquanto conceito para universalizar a humanidade.

Na medida em que o campo dos desejos é colonizado pela lógica heteronormativa, o papel do gênero feminino passa a estar atrelado ao lugar de objeto a ser desejado e não de sujeito desejante. A hipersexualização dos corpos femininos faz com que, na maior parte das vezes, sejam corpos que estão mais expostos ao olhar patriarcal, sobretudo quando se trata de corpos negros. Isso acontece devido ao processo que, desde a colonização, destituiu simbolicamente e fisicamente os corpos negros de sua humanidade mais basal, conseqüentemente tornando-os corpos objetificados e hipersexualizados. Então, aquele que vê, analisa e deseja algo/alguém se encontra em uma posição dominante que ativamente exerce uma ação, enquanto quem é visto e desejado não escolhe sofrer um processo objetificador pelo olhar de outro.

Nessa perspectiva, uma vez que a lógica heteronormativa patriarcal incide sobre o campo dos desejos, os corpos femininos se encontram culturalmente na posição de ser desejado e não de sujeitos ativamente desejantes, o que produz em larga escala objetificações¹¹. Sendo assim, todos aqueles desejos e práticas que não estão inscritos nessa lógica passam a operar em um campo disruptivo, criando outras possibilidades para se pensar os papéis de gêneros que não estejam condicionadas à colonização dos desejos.

Outro ponto a ser salientado são os efeitos que os papéis de gêneros geram na determinação das linguagens corporais. Quando discorremos sobre as linguagens corporais, tratamos sobre as maneiras como os discursos incidem e repercutem sobre os corpos. Mais do que apenas pensar sobre o que as falas e modos de expressão linguísticos produzem social e politicamente, é importante analisar, também, os reflexos disso no corpo.

Podemos conceber, então, que os sujeitos e os reflexos de suas interações sociais vão se produzindo no interior dos discursos. O discurso não é produzido sem que exista, junto com ele, um corpo vivido, pois discursos atravessam corpos e corpos constroem discursos também. Assim, são as amálgamas que acontecem entre corpos e discursos produzidos que, conseqüentemente, moldam categorias como gênero, etnia, classe, saberes e sexualidade.

[...] Discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos, na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma,

¹¹ O processo de objetificação pode ser entendido enquanto processo que retira do indivíduo a condição de sujeito autônomo para mantê-lo na posição de objeto de consumo/desejo. Nesse sentido, um corpo objetificado é um corpo que não é visto e reconhecido enquanto sujeito possuidor de vontades próprias e autonomia para tomar decisões, mas, sim, enquanto corpo submetido as vontades alheias.

ser carregado pelo discurso. Então, não quero afirmar que haja uma construção discursiva de um lado e um corpo vivido de outro. (BUTLER, Judith; MEIJER, Irene; PRINS, Baukj, 2002, p. 163)

Nesse sentido, é o discurso e as vivências corporais experienciadas que produzem os gêneros. Um corpo não performa individualmente e subjetivamente papéis e identidades de gênero, ele faz uso dessas performatividades a partir dos parâmetros sociais e os incorpora, em maior ou menor escala, em suas próprias vivências singulares, em um movimento que implica atravessamentos mútuos.

A maneira como uma pessoa performa seu gênero diz respeito tanto à sua própria experiência de gênero vivida, impactando no coletivo, quanto às conformações político-sociais que se apresentam e se impõem a este indivíduo, impactando diretamente em sua subjetividade. Assim, são as repetições performativas que produzem e naturalizam os gêneros e seus papéis no interior das singularidades de cada pessoa e, concomitantemente, no coletivo.

O corpo não é passivamente marcado com códigos culturais, como se fosse um recipiente sem vida de relações culturais sagradas e preconcebidas. E nem o Eu atribuído de corpo pré-existe às convenções culturais que essencialmente significam esses corpos. Os atores estão sempre no palco, inseridos nas demarcações da performance. Assim como um roteiro pode ser interpretado de diferentes formas, e uma peça demanda texto e atuação, os corpos atribuídos de gênero atuam num espaço corporal culturalmente restrito e performam suas interpretações de acordo com as diretrizes existentes. (HOLLANDA, 2019, p. 223)

Em meio às diversas maneiras nas quais os gêneros performam, podemos notar, também, que alguns desses corpos se encontram mais à margem das performatividades de gênero do que outros. Quanto mais distante um corpo está de performar gênero e sexualidade nos moldes normativos patriarcais, mais se torna um “corpo abjeto” diante da perspectiva hegemônica social. Um corpo “abjeto”, como conceitua Butler, tomando de empréstimo o termo da filósofa búlgara Julia Kristeva, “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”. (BUTLER, Judith; MEIJER, Irene; PRINS, Baukj, 2002, p.161)

Essa abjeção pode ser observada como um processo sobretudo discursivo, pois, como mencionado anteriormente, são os discursos que produzem as camadas das subjetividades e as formas como essas singularidades se relacionam socialmente. Nesse sentido, o processo de abjeção, enquanto processo contínuo e que se constrói nas repetições discursivas, exclui determinados corpos do protagonismo político-social e torna suas vivências mais oprimidas.

Diante dessa perspectiva, as divisões dos papéis de gênero e a heteronormatividade compulsória, por si só, fomentam esse processo de abjeção, que é ainda mais agudo quando está também atrelado

às questões de raça e classe¹². Assim, embora os corpos femininos sofram a ação da abjeção, podemos afirmar que este processo acontece em diferentes níveis e não ocorre de modo universal para todas, pois se complexifica ainda mais quanto mais um corpo se encontra distante da normatividade racial, econômica e sexual hegemônica, ou seja, quanto mais um corpo se distancia do “padrão” homem cis-hétero branco de classe média/alta.

A fim de romper, na medida do possível, com esses padrões que criam o processo de abjeção, é necessário romper, sobretudo, com a maneira hierárquica e dicotômica de conceber e valorar os indivíduos. Fundamentado em uma visão de mundo colonial, uma perspectiva dicotômica, ao buscar dividir a forma de experienciar o mundo em pares valorativos opostos, limita e polariza o panorama político-social, hierarquizando os papéis de gêneros. Dessa maneira, embora seja de suma importância analisar o modo como os papéis de gêneros foram se constituindo e como funciona a lógica hierárquica patriarcal entre eles, é necessário articular também outros modos de pensarmos gênero que não estejam dentro dessa lógica valorativa.

É primordial subverter, sobretudo, a lógica binária entre gêneros. É a partir da polarização que coloca “gênero masculino” e “gênero feminino” como pares valorativos opostos que as conceituações essencializadas e fixadas a respeito de cada gênero se fundamentam. Por conseguinte, por mais que vislumbrar um paradigma que esteja além das noções de gênero seja também uma forma de construir mais uma utopia, há uma necessidade de criar ferramentas políticas subversivas dentro das próprias noções de gênero e ampliar esse processo para uma lógica que sustenta uma multiplicidade de identidades de gêneros possíveis¹³.

Conclusão

¹² É necessário salientar que quando a categoria “gênero” faz interseção com raça e classe, configura um processo de abjeção ainda mais violento para esses corpos demarcados por esses marcadores sociais, já que incorre em um processo de dupla opressão, a saber a misoginia atrelada ao racismo/classismo. Nesse sentido, ao discorrermos sobre as opressões de gênero, é necessário levar em consideração outros processos opressores que frequentemente estão atrelados a isso. “[...] O gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.” (BUTLER, 2020, p. 21)

¹³ Autores como Judith Butler (BUTLER, 2020) e Paul B. Preciado (PRECIADO, 2014) discorrem sobre gêneros e suas identidades, de modo que essa conceituação não se restrinja a um par dicotômico binário “homem” / “mulher”, mas, sim, de modo que abra caminhos para outras possibilidades inventivas e discursivas que diferentes indivíduos possam vir a articular.

Por meio do corpo experienciamos as reverberações que as relações político-sociais nos causam e produzimos reflexos subjetivos que impactam direta ou indiretamente neste meio coletivo. Nesse sentido, esse constante tensionamento entre as forças político-sociais que nos atravessam e as forças do nosso próprio corpo, que também afetam o meio em que vivemos, fazem do corpo um corpo-agente.

Ser um corpo-agente é ser, então, aquele que transforma os espaços através de proposições filosóficas, político-militantes, artísticas, existenciais, etc. É um corpo que se move e faz mover pela força de ação crítica dos meios na qual vive, questionando os modos como são conceituados os corpos a partir de seus gêneros e outras categorias de análises. Dessa maneira, “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro.” (HARAWAY, 1995, p. 16)

Diante dessa perspectiva, as teorias críticas, aliadas aos processos de ação dos corpos e nos corpos, criam possibilidades de (re)existências que são capazes de ressignificar a maneira como os marcadores identitários são construídos socialmente. Assim, os diversos embates políticos feministas¹⁴ constroem conjunturas favoráveis para subverter aqueles paradigmas que aprisionam os corpos em modos de ser pressupostos por uma lógica patriarcal normativa.

É necessário, portanto, conceber as noções de gênero de modo plástico, com uma capacidade conceitual e prática expansiva, que não se limita às fronteiras daquilo que foi universalmente constituído pelo patriarcado, de modo que mesmo que ainda exista um sistema de gêneros, que ele não se limite a um conceito fechado e cristalizado. Dessa maneira, podemos afirmar que “[...] **gênero** é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações.” (BUTLER, 2020, p. 69, grifo meu)

Portanto, discorrer sobre gêneros e suas problemáticas requer que analisemos criticamente o passado histórico que nos conduziu até aqui, não para buscar uma suposta origem desse sistema tal

¹⁴ É importante salientar que a luta feminista, embora seja uma luta com diversos recortes e ênfases – gerando, inclusive, divergências políticas –, aqui, neste artigo, está sendo utilizada enquanto luta enfaticamente atrelada não somente às questões de disparidades de gênero, fundamentadas pelo sistema patriarcal, mas, também, às questões raciais e às questões identitárias e de sexualidades. Portanto, é necessário enfatizar que o recorte utilizado decorre de uma perspectiva interseccionalizada.

como o entendemos contemporaneamente, mas a fim de investigar genealogicamente seus processos e desdobramentos que nos atravessam até hoje. Aliado a isto, é necessário, então, problematizar os papéis de gêneros e pôr em questão o sistema dicotômico, restritamente binário, que impede que as noções de gênero possam ser conceituadas em maneiras de ser e existir que sejam plurais.

Referências bibliográficas

ALÓS, Anselmo Peres. “Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2 (jan. 2011), pp. 421-449.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith; MEIJER, Irene; PRINS, Baukj. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1 (2002), pp. 155-167.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. In: *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

OYEWUMI, Oyeronke. “Conceituando o Gênero: Os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”. Trad. Juliana Araújo Lopes. In: *CODESRIA Gender Series*, Dakar, v. 1 (2004), pp. 1-10.

PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (orgs.). *Histórias das mulheres, histórias feministas: vol. 2 antologia*, São Paulo: MASP, 2019.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.